

MF-SUSEP-SUPERINT.DE SEGUROS PRIVADOS/RJ

Termo de Referência 3/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG	Editado por	Atualizado em
3/2026	173039-MF-SUSEP-SUPERINT.DE SEGUROS PRIVADOS/RJ VANESSA DOS SANTOS MOURA	09/04/2026 10:09 (v 0.10)
Status		
ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VI - obras e serviços de arquitetura e engenharia/Serviços comuns de engenharia		15414.645185/2025-58

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 15414.645185/2025-58)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Registro de Preços para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado instalados nas dependências da SUSEP, localizadas na Avenida Presidente Vargas, nº 730, e no Arquivo Geral, situado na Avenida Franklin Roosevelt, nº 39, ambos no Centro do Rio de Janeiro/RJ, bem como na Sede da Autarquia, em Brasília/DF. A contratação abrange o fornecimento de mão de obra, peças, componentes e acessórios (originais ou recomendados pelo fabricante), bem como a garantia dos serviços e materiais utilizados. O escopo contempla, ainda, os seguintes serviços específicos, conforme condições, exigências e especificações estabelecidas no instrumento convocatório.

- remanejamento de aparelhos de ar condicionado (evaporadora e condensadora), incluindo retirada e reinstalação, para a SUSEP /RJ e SUSEPBRASÍLIA/DF
- reinstalação de condensadora de sistema de ar condicionado para a SUSEP/RJ

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	Quantidade Estimada	VALOR MENSAL	VALOR 12 MESES
1	Manutenções Preventivas e Corretivas SUSEP / RIO DE JANEIRO/RJ - Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais, equipamentos e ferramentas.	2771	Serviço	12	R\$ 9.475,15	R\$ 113.701,80
2	Manutenções Preventivas e Corretivas SUSEP / BRASÍLIA/DF - Contratação de empresa para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva	2771	Serviço	12	R\$ 9.475,15	R\$ 113.701,80

em equipamentos de ar-condicionado, incluindo todos os materiais, equipamentos e ferramentas.

3	Serviço de remanejamento de aparelhos de ar-condicionado (evaporadora e condensadora) – SUSEP / RIO DE JANEIRO/RJ - Contratação de empresa para a prestação de serviço de remanejamento de aparelhos de ar-condicionado (evaporadora e condensadora), incluindo a retirada e a reinstalação do conjunto.	2020	Serviço	12	R\$ 6.526,42	R\$ 78.317,07
4	Serviço de remanejamento de aparelhos de ar-condicionado (evaporadora e condensadora) – SUSEP / BRASÍLIA/DF - Contratação de empresa para a prestação de serviço de remanejamento de aparelhos de ar-condicionado (evaporadora e condensadora), incluindo a retirada e a reinstalação do conjunto.	2020	Serviço	12	R\$ 6.526,42	R\$ 78.317,07
5	Serviço de Reinstalação de Condensadora de Sistema de Ar-Condicionado - SUSEP/RIO DE JANEIRO/RJ - Contratação de empresa para a prestação de serviço de reinstalação de Condensadora de Sistema de Ar-Condicionado	2020	Serviço	1	R\$ 8.330,00 (Pagamento Único)	

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns). O serviço envolve atividades padronizadas, rotineiras e amplamente disponíveis no mercado, que não exigem soluções personalizadas ou alta complexidade técnica. Esses serviços seguem procedimentos consolidados, como limpeza, troca de filtros, verificação de componentes e reparos básicos, podendo ser executados por empresas especializadas sem necessidade de desenvolvimento exclusivo ou especificações singulares, o que caracteriza sua natureza comum conforme práticas usuais de contratação.

1.3. O serviço de **manutenção preventiva** caracteriza-se como **serviço continuado**, uma vez que deve ser executado de forma periódica e planejada, com o objetivo de prevenir falhas, reduzir desgastes prematuros, prolongar a vida útil dos equipamentos e minimizar a ocorrência de interrupções inesperadas. Por sua vez, os serviços de **manutenção corretiva** serão realizados **sob demanda**, conforme a necessidade identificada ao longo da execução contratual. Essa modalidade contempla intervenções pontuais para correção de falhas, defeitos ou avarias eventualmente constatadas, não sendo possível prever previamente sua ocorrência, quantidade ou extensão, razão pela qual sua execução dependerá de solicitação formal da Administração.

1.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação. A contratação dela decorrentes terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados da data de assinatura da respectiva Ata, podendo ser prorrogada por igual período, desde que devidamente demonstradas a vantajosidade, a existência de créditos orçamentários e o interesse da Administração.

1.5. Os valores mencionados na tabela acima são meramente estimativos e têm como objetivo fornecer uma previsão aproximada dos custos mensais. Ressalta-se que a Administração realizará o pagamento exclusivamente com base nos serviços efetivamente executados em cada mês.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7.A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) é adequada e necessária para este objeto, nos termos do art. 3º, caput, do Decreto nº 11.462/2023, enquadrando-se especialmente nos incisos I e II, pelos seguintes motivos:

1.7.1. Os serviços de manutenção preventiva possuem necessidade frequente ao longo de todo o exercício (art. 3º, I).

1.7.2. A execução dos serviços de remanejamento ocorre de forma parcelada, por ordem de serviço, de acordo com a demanda da SUSEP, não sendo possível prever previamente todos os atendimentos corretivos e substituições de peças (art. 3º, II).

1.7.3. O SRP permite flexibilidade, reduzindo riscos de interrupção e evitando contratações emergenciais.

1.7.4. A demanda é variável e imprevisível, especialmente nas manutenções corretivas, reforçando a necessidade de solução contratual que permita acionamento sob demanda.

1.7.5 A utilização do SRP está em conformidade com a economicidade, eficiência e continuidade do serviço público, conforme diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

1.8. Nos termos do art. 7º, incisos I e XI, do Decreto nº 11.462/2023, fica vedada a adesão (“carona”) por órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços decorrente desta contratação.

1.8.1. A vedação fundamenta-se em:

1.8.1.1. capacidade limitada de gerenciamento da SUSEP para ordens de serviço externas;

1.8.1.2. risco de sobrecarga operacional e comprometimento do atendimento às unidades da Autarquia;

1.8.1.3. natureza do serviço, que exige resposta rápida, deslocamento técnico e fornecimento imediato de peças;

1.8.1.4. risco de redução da eficiência e da regularidade da execução contratual caso haja acréscimo de contratantes externos;

1.8.1.5. potencial impacto na fiscalização e controle da execução.

1.8.1.6. a vedação assegura a regularidade da prestação, mitiga riscos operacionais e mantém o foco da ARP na demanda institucional da SUSEP.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar o pleno funcionamento, a confiabilidade operacional e a adequada manutenção dos sistemas de climatização instalados nas dependências da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, considerando a relevância desses equipamentos para a preservação do conforto térmico, da segurança dos ambientes de trabalho e da continuidade das atividades institucionais.

2.2. Nesse contexto, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para a prestação de **serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar-condicionado**, abrangendo as unidades da SUSEP localizadas na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro, Rio de Janeiro/RJ; no Arquivo Geral da SUSEP, situado na Avenida Franklin Roosevelt, nº 39, Centro, Rio de Janeiro/RJ; bem como na Sede da Autarquia em Brasília/DF. A manutenção periódica e corretiva dos sistemas de climatização é indispensável para prevenir falhas, reduzir riscos de paralisações inesperadas, prolongar a vida útil dos equipamentos e garantir sua operação em conformidade com as recomendações técnicas e normativas aplicáveis.

2.3. A contratação deverá contemplar não apenas a disponibilização de **mão de obra especializada**, mas também o **fornecimento de peças, componentes e acessórios**, originais ou recomendados pelos respectivos fabricantes, bem como a **garantia dos serviços executados e dos materiais empregados**. Tal abrangência é necessária para assegurar a qualidade técnica das intervenções realizadas, a eficiência energética dos sistemas e a adequada resposta às demandas operacionais das unidades atendidas.

2.4. Adicionalmente, evidencia-se a necessidade de contratação de empresa devidamente **habilitada para a execução de serviços de remanejamento de aparelhos de ar-condicionado**, compreendendo a retirada e a posterior reinstalação dos conjuntos completos de evaporadora e condensadora. Esses serviços são essenciais para atender às demandas decorrentes de adequações de layout, reorganização de ambientes, ajustes estruturais e necessidades operacionais específicas, contribuindo para a manutenção da eficiência dos sistemas de climatização e para a adaptação dos espaços físicos às atividades institucionais da SUSEP, tanto no Rio de Janeiro/RJ quanto em Brasília/DF.

2.5. Identificou-se, também, a necessidade de contratação de empresa para a execução do **serviço de reinstalação de condensadora de sistema de ar-condicionado**, para a reinstalação, em nova Casa de Máquinas de Ar-Condicionado (CMA), localizada no 10º andar do Edifício da Representação da SUSEP no Rio de Janeiro (ERSRJ), da condensadora de uma das unidades do tipo *Self Contained*, modelo **9BXD08236**, do fabricante **Springer Carrier S.A.**. Para a execução desse serviço, a contratada deverá fornecer toda a mão de obra, peças, materiais e insumos necessários, observando o padrão original de instalação do equipamento, admitida a reutilização de instalações pré-existentes — tais como infraestrutura elétrica, tubulações de gás e suportes — desde que estejam em condições adequadas de uso e segurança.

2.6. Com a presente contratação espera-se otimizar os recursos humanos empregados, como também, a manutenção dos ambientes climatizados da SUSEP no Rio de Janeiro e Brasília seguros, saudáveis e propícios ao trabalho, em conformidade à legislação vigente.

2.7. Cumpre ressaltar ainda que a presente contratação demonstra vantajosidade econômica frente ao custo de reposição dos equipamentos de climatização instalados na SUSEP, conforme levantamento de mercado realizado pela área técnica. Sem manutenção preventiva regular, a vida útil dos equipamentos é significativamente reduzida, gerando substituições antecipadas, falhas recorrentes; aumento de consumo de energia, necessidade de reparos emergenciais mais custosos.

2.8. A contratação, portanto, é economicamente vantajosa, garantindo a preservação do patrimônio, prolongamento da vida útil dos sistemas e redução significativa de despesas futuras com reposição, atendendo ao princípio da economicidade (art. 5º da Lei 14.133 /2021), garantindo melhor relação custo-benefício à Administração.

2.9. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Manutenção Preventiva e Corretiva dos Sistemas de Ar-Condicionado

3.1.1. A presente análise tem por objetivo subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva** dos equipamentos de ar-condicionado instalados nas dependências da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, abrangendo a unidade localizada na **Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro, Rio de Janeiro/RJ, o Arquivo Geral da SUSEP, situado na Avenida Franklin Roosevelt, nº 39, Centro, Rio de Janeiro/RJ, bem como a Sede da Autarquia em Brasília/DF**. A solução proposta visa assegurar a adequada operação, eficiência energética, confiabilidade e prolongamento da vida útil dos sistemas de climatização, essenciais ao conforto térmico e à continuidade das atividades institucionais.

3.1.2. A contratação deverá contemplar a execução de manutenções preventivas e corretivas, com fornecimento integral de mão de obra especializada, peças, componentes, materiais e acessórios, originais ou recomendados pelos fabricantes, bem como a garantia dos serviços executados e dos materiais empregados durante toda a vigência contratual.

3.1.3. As intervenções deverão observar rigorosamente as normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, além das recomendações dos fabricantes e da legislação vigente, de modo a garantir padrões adequados de qualidade, segurança e desempenho dos equipamentos.

3.1.4. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão abranger todos os sistemas que compõem os equipamentos de ar-condicionado, incluindo, mas não se limitando, aos sistemas mecânicos, elétricos, eletrônicos e de refrigeração (gás). As manutenções preventivas terão como finalidade reduzir a ocorrência de falhas, preservar o desempenho operacional e antecipar possíveis problemas, enquanto as manutenções corretivas visarão ao restabelecimento das condições normais de funcionamento dos equipamentos, sempre que identificadas falhas ou defeitos.

3.1.5. Os serviços deverão ser realizados, preferencialmente, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, podendo ser ajustados mediante acordo entre as partes, quando a execução em horário regular puder comprometer as atividades laborais da Contratante, sem qualquer ônus adicional.

3.1.6. A Contratada deverá fornecer, sem custos extras, todas as peças, materiais, ferramentas e insumos necessários à execução dos serviços, incluindo itens de reposição como pilhas para controles remotos, sendo admitida, mediante autorização prévia da Contratante, a retirada de equipamentos das dependências da SUSEP quando a manutenção exigir execução externa.

3.1.7. Todos os serviços deverão ser prestados por profissionais devidamente qualificados, com vínculo trabalhista ou pertencentes ao quadro social da Contratada, assegurando-se, ao final, garantia integral dos serviços e das peças fornecidas.

3.1.8. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva envolvem os seguintes aparelhos localizados nas **unidades da SUSEP, no Rio de Janeiro/RJ**:

Item	Fabricante-Tipo-Modelo	Capacidade (BTU)	Quantidade
1	Ar-Condicionado Splits Hi Wall novos - Arquivo Geral da SUSEP – Av. Franklin Roosevelt, 39, Centro, Rio de Janeiro	18000	7
2	Ar Condicionado Splits Hi Wall novos - Arquivo Geral da SUSEP – Av. Franklin Roosevelt, 39, Centro, Rio de Janeiro	24000	16
3	Ar-Condicionado Splits Hi Wall novos - Arquivo Geral da SUSEP – Av. Franklin Roosevelt, 39, Centro, Rio de Janeiro	32000	13
4	Ar-Condicionado Splits Hi Wall novos - Escritório Regional da SUSEP no Rio de Janeiro – Av. Presidente Vargas, 730, Centro, Rio de Janeiro	24000	2
5	Ar-Condicionado Splits Cassete seminovos - Escritório Regional da SUSEP no Rio de Janeiro – Av. Presidente Vargas, 730, Centro, Rio de Janeiro	24000	3
6	Ar-Condicionado Self Contained usadas - Escritório Regional da SUSEP no Rio de Janeiro – Av. Presidente Vargas, 730, Centro, Rio de Janeiro	7,5 TRs	2
		TOTAL	43

3.1.9. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva envolvem os seguintes aparelhos localizados na **Sede da SUSEP, em Brasília/DF**:

Item	Fabricante-Tipo-Modelo	Capacidade (BTU)	Quantidade
1	Ar-Condicionado Fujitsu Split Hi Wall, inverter, com Unidade Condensadora, adquirido e instalado em 2014.	9000	1

2	Ar-Condicionado Fujitsu Split Hi Wall, inverter, com Unidade Condensadora, adquiridos e instalados em 2014.	18000	6
3	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST18FI-02I+LCST18FE-02I. (Novos)	18000	2
4	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST18FI-02I+LCST18FE-02I. (Novos)	18000	2
5	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST24FI-02I+LCST24FE-02I. (Novos)	24000	8
6	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST30FI-02I+LCST30FE-02I. (Novos)	30000	6
7	Ar-Condicionado TCL Split Hi Wall, Inverter, TAC-32CSG2-INV. (Novos)	32000	7
		TOTAL	32

3.2. Serviço de Remanejamento de Aparelhos de Ar-Condicionado

3.2.1. O serviço de remanejamento de aparelhos de ar-condicionado compreende a retirada, transporte interno e reinstalação completa dos conjuntos de climatização, formados pelas unidades evaporadora e condensadora, em novos locais previamente definidos pela Administração, nas dependências das unidades da SUSEP no Rio de Janeiro/RJ e em Brasília/DF. Esse serviço tem como objetivo garantir a redistribuição adequada dos equipamentos, mantendo a eficiência operacional dos sistemas e o conforto térmico dos ambientes atendidos.

3.2.2. A execução deverá incluir a desinstalação técnica dos aparelhos existentes, com desligamento elétrico seguro, recolhimento ou preservação do fluido refrigerante, desmontagem de tubulações frigoríferas, drenos e suportes, observando rigorosamente as normas técnicas e as recomendações dos fabricantes, de forma a evitar danos aos equipamentos e às instalações prediais. Após a retirada, deverá ser realizado o reposicionamento das unidades nos novos pontos indicados, incluindo fixação em suportes apropriados, nivelamento, adequação de bases, reorganização e interligação de tubulações, conexões elétricas, sistemas de drenagem e demais ajustes necessários ao pleno funcionamento.

3.2.3. O serviço deverá abranger o fornecimento de todos os materiais, acessórios e insumos indispensáveis à reinstalação, tais como tubulações adicionais, cabos elétricos, isolamentos térmicos, suportes, chumbadores, conexões, parafusos e fitas, bem como a recomposição de pequenos trechos de alvenaria, forros ou acabamentos eventualmente afetados. Após a reinstalação, deverão ser realizados testes operacionais completos, incluindo execução de vácuo, verificação de estanqueidade, reaproveitamento ou carga de fluido refrigerante, testes elétricos, partida assistida e aferição do desempenho, garantindo que os equipamentos operem dentro dos parâmetros técnicos recomendados.

3.3. Serviço de Reinstalação de Unidade Condensadora

3.3.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será necessária a reinstalação da unidade condensadora de uma das Self Contained, modelo 9BXD08236, do fabricante Springer Carrier S.A., a ser instalada em nova Casa de Máquinas de Ar-Condicionado (CMA), localizada no 10º andar da unidade da SUSEP localizada na Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro, Rio de Janeiro/RJ.

3.3.2. A Contratada deverá fornecer toda a mão de obra especializada, bem como os materiais, peças, componentes e insumos necessários, sendo admitida a reutilização de infraestrutura existente, desde que previamente avaliada e considerada apta, sem prejuízo à segurança, confiabilidade e desempenho do sistema.

3.3.3. Após a execução dos serviços, deverão ser realizados todos os procedimentos de inspeção e testes operacionais, incluindo verificação das conexões, testes de estanqueidade, execução de vácuo, reaproveitamento ou ajuste da carga de fluido refrigerante, testes elétricos, partida do equipamento e monitoramento inicial do funcionamento.

3.3.4. Ao final, a Contratada deverá entregar o equipamento em plenas condições de operação, com o ambiente limpo e organizado, garantindo a continuidade das atividades da SUSEP, com observância integral das normas de segurança do trabalho, normas ambientais, legislações aplicáveis e normas da ABNT.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

4.1.1. Os **serviços de manutenção preventiva e corretiva** dos equipamentos de ar condicionado deverão ser executados de forma **regular e planejada**, abrangendo os sistemas instalados nas dependências da SUSEP, localizadas na **Avenida Presidente Vargas, nº 730, Centro, Rio de Janeiro – RJ; no Arquivo Geral da SUSEP, situado na Avenida Franklin Roosevelt, nº 39, Centro, Rio de Janeiro – RJ; e na Sede da SUSEP, em Brasília – DF**. Tais serviços caracterizam-se como **de natureza contínua**, nos termos da Instrução Normativa nº 05/2017, uma vez que sua interrupção pode comprometer o adequado funcionamento das unidades administrativas e a continuidade dos serviços públicos prestados.

4.1.2. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão contemplar, além da mão de obra especializada, o **fornecimento de peças, componentes, acessórios e materiais necessários**, originais ou recomendados pelo fabricante, bem como a **garantia dos serviços executados e dos materiais empregados**.

4.1.3. Os **serviços de remanejamento e reinstalação**, compreendendo unidades evaporadoras e condensadoras, possuem **caráter não contínuo**, sendo executados **por demanda**, conforme a necessidade da Administração, sem dedicação exclusiva de mão de obra ou previsibilidade de periodicidade.

4.1.4. Os serviços de remanejamento e reinstalação compreenderão atividades de desmontagem, transporte, reinstalação, interligações elétricas, frigorígenas e de drenagem, testes de funcionamento e ajustes necessários para o pleno e seguro funcionamento dos equipamentos.

4.1.5. Todos os serviços deverão ser executados por **mão de obra especializada, qualificada e não residente** nas dependências da Contratante, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, as regras de segurança do trabalho, as normas ambientais e as recomendações dos fabricantes dos equipamentos.

4.1.6. O objeto da contratação enquadra-se como **serviço comum**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e características técnicas usuais de mercado, passíveis de especificação objetiva, possibilitando a adoção das modalidades de contratação previstas na legislação vigente.

4.1.7. Sempre que necessário para a execução dos serviços contínuos ou dos serviços por demanda, a Contratada deverá realizar, **às suas expensas**, os reparos em forros, divisórias, paredes, pisos ou demais estruturas eventualmente afetadas, incluindo recomposição de gesso, pintura e acabamentos, utilizando materiais de qualidade e características técnicas equivalentes às originalmente existentes.

4.2. Sustentabilidade

4.2.1. Para a prestação do serviço deverão ser atendidos, no mínimo, os critérios e práticas de sustentabilidade descritos abaixo:

4.2.1.1. Todos os materiais a serem utilizados devem ser constituídos, quando cabível, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

4.2.1.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.2.1.3. Todos os materiais a serem utilizados devem, quando cabível, ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível e que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.2.1.4. Usar quando cabível, produtos e materiais que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.2.1.5. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003 e legislações posteriores;

4.2.1.6. Instruir seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.2.1.7. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; 4.2.1.8. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; 4.2.1.9. Na execução das atividades de limpeza, deverão ser utilizados produtos biodegradáveis devidamente registrados no Ministério da Saúde; 4.2.1.10. Deverá ser previsto pela CONTRATADA o descarte adequado de todos os materiais e/ou resíduos gerados na execução do serviço.

4.3. Subcontratação

4.3.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Garantia da contratação

4.4.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que se trata de contrato sem fornecimento de mão de obra residente e com valor total relativamente reduzido.

4.5. Vistoria

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é **facultativa** e tem por objetivo o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização desta vistoria prévia, acompanhado por SERVIDOR DESIGNADO para esse fim, em dia e horário a ser agendada por meio do e-mail: fiscais.cosep@susep.gov.br

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.5.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.5.4. Para a vistoria, o REPRESENTANTE LEGAL ou RESPONSÁVEL TÉCNICO da LICITANTE deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.5. Por ocasião da vistoria, poderão ser entregues ao REPRESENTANTE LEGAL/RESPONSÁVEL TÉCNICO da LICITANTE informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

4.5.6. Ao final da vistoria o REPRESENTANTE LEGAL/RESPONSÁVEL TÉCNICO da LICITANTE receberá do SERVIDOR DESIGNADO, uma Declaração de Vistoria.

4.5.7. Em momento oportuno da licitação, a LICITANTE deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação.

4.5.8. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1.1. A prestação do serviço será iniciada no primeiro dia útil após o início da vigência do contrato;

5.1.1.2. Apresentação no início do serviço, de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica ou TRT - Termo de Responsabilidade Técnica emitido pelo responsável técnico da Contratada devidamente pagos;

5.1.1.3. Os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados e qualificados (técnicos industriais em refrigeração/ar condicionado, mecânicos/eletromecânicos ou engenheiros mecânicos), de acordo com os manuais dos fabricantes e normas

técnicas, utilizando de ferramentas adequadas, com vistas a manter os equipamentos em perfeitas condições de uso e garantindo a adequada refrigeração dos ambientes;

5.1.1.4. A empresa deverá possuir em seu quadro de pessoal um Engenheiro Mecânico, ou um Técnico Industrial em Refrigeração e Ar-Condicionado, ou um Técnico Industrial em Mecânica ou um Técnico Industrial em Eletromecânica devidamente capacitado e habilitado em seu respectivo conselho, que atuará como responsável técnico / preposto junto à SUSEP;

5.1.1.5. O serviço em que seja necessário o deslocamento do equipamento para a oficina da Contratada deverá ser previamente autorizado pela Contratante.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

- **Avenida Presidente Vargas, 730, Centro, Rio de Janeiro - RJ**
- **Avenida Franklin Roosevelt, 39, Centro, Rio de Janeiro – RJ**
- **Setor Bancário Sul (SBS) Quadra 01 Bloco K - Ed. Seguradoras - Brasília/D**

5.2.2. Todos os serviços deverão, sempre que possível, ser executado em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário entre 08:00hs e 17:00hs, salvo nos casos em que for prejudicar as atividades laborais da Contratante, caso em que será negociado entre as partes, o melhor horário para a realização do mesmo, sem ônus adicional para a Contratante.

5.3. Deveres e responsabilidades da Contratada

5.3.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste documento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

5.3.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133 /2021).

5.3.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

5.3.4. Substituir no prazo fixado pelo fiscal do contrato os empregados alocados que não se mostrem adequados para a execução do objeto.

5.3.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

5.3.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos.

5.3.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

5.3.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.9. Entregar até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos ao setor responsável pela fiscalização do contrato, quando não for possível a verificação de sua regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual /Distrital e Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.3.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, salvo na hipótese do §2º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

- 5.3.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 5.3.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 5.3.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 5.3.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 5.3.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.3.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 5.3.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.3.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta.
- 5.3.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei nº 14.133/2021).
- 5.3.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021).
- 5.3.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 5.3.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.3.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.
- 5.3.24. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.
- 5.3.25. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.
- 5.3.26. Garantir o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 5.3.27. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.
- 5.3.28. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 5.3.29. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 5.3.30. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 5.3.31. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 5.3.32. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

5.3.33. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

5.3.34. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante..

5.3.35. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

5.3.36. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

5.3.37. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

5.3.38. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

5.3.39. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

5.4. Diretrizes Específicas

5.4.1. Manutenção Preventiva:

5.4.1.1. A execução do serviço de manutenção preventiva será iniciada após o início da vigência do contrato.

5.4.1.2. Entende-se por manutenção preventiva a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e defeitos dos equipamentos, tais como limpeza de filtros, verificação e ajuste de ruídos, vibrações anormais, limpeza em geral, verificação do funcionamento dos controles, troca de pilhas, verificação do consumo, etc., conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para cada equipamento.

5.4.1.3. A CONTRATADA elaborará um Plano de Manutenção Operação e Controle – PMOC, no primeiro mês de serviço, que deverá estabelecer um plano de rotinas de manutenção para uma boa execução do serviço contratado, tomando como base o Anexo III deste Termo de Referência.

5.4.1.4. A manutenção preventiva será realizada na **primeira quinzena de cada mês**. As visitas mensais deverão ser previamente agendadas com a FISCALIZAÇÃO e os procedimentos realizados deverão seguir com fidelidade ao PMOC. Após a realização da manutenção preventiva, deverão ser gerados relatórios (por equipamento e de acordo com o PMOC) que indiquem os procedimentos realizados, as irregularidades verificadas e as providências que foram/serão adotadas.

5.4.1.5. Todas as manutenções preventivas deverão ocorrer de acordo com as normas definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, pelas especificações do fabricante e pelo PMOC, bem como de acordo com a Portaria nº 3.523 de 28 de agosto de 1998 do Ministério da Saúde.

5.4.1.6. Nos serviços de manutenções preventivas, correrá por conta da CONTRATADA a mão de obra e todos os materiais necessários para manter o bom funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado.

5.4.1.7. A primeira manutenção preventiva terá início no prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir do início da vigência do contrato.

5.4.1.8. Deverá ser incluída na primeira manutenção preventiva do exercício, uma visita ao ambiente servido pelos aparelhos de ar condicionado, para verificar com os usuários se há dúvidas no manuseio e controle dos aparelhos existentes, sanando quaisquer dúvidas que porventura existam, de modo a preservar o bem, como também, contribuir para um ambiente sustentável.

5.4.1.9. A manutenção preventiva deverá garantir que a temperatura ideal do ambiente esteja entre 23°C e 25°C conforme determinado na ABNT NBR 16401-2:2008.

5.4.1.10. A manutenção preventiva mensal deverá prever, no mínimo, as rotinas determinadas no Anexo III deste Termo de Referência.

5.4.1.11. A prestação do serviço de manutenção preventiva deverá ser efetuada em todos os equipamentos contemplados neste TERMO DE REFERÊNCIA e ainda, nos aparelhos que eventualmente sejam instalados a cargo da CONTRATANTE, em substituição a aparelhos impossibilitados de reparação.

5.4.1.12. A manutenção preventiva deverá ser executada, obrigatoriamente, mensalmente, de acordo com o planejamento prévio, em caráter espontâneo e não em decorrência de atendimento a chamados ou reclamações.

5.4.2. Manutenção Corretiva:

5.4.2.1. A execução do serviço de manutenção corretiva ocorrerá quando apontada a sua necessidade na manutenção preventiva e sempre que solicitado pela Contratante.

5.4.2.2. Tem por objetivo os procedimentos necessários a recolocar os equipamentos defeituosos em perfeito estado de funcionamento, compreendendo as substituições de peças defeituosas, sem qualquer ônus adicional à Contratante, sempre que houver paralisação ou funcionamento parcial do equipamento ou quando for detectada por parte da Contratada a necessidade de recuperação, substituição de peças ou a correção de defeitos que venham a prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.4.2.3. A manutenção corretiva também contemplará os serviços e respectivos materiais de reposição civil e de pintura, quando for necessário atuar nas tubulações/dutos de refrigeração embutidos nas paredes ou no teto;

5.4.2.4. A Contratada se obriga ao atendimento das solicitações de manutenção corretiva no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em dias úteis. A formalização das solicitações se dará via e-mail.

5.4.2.5. Os serviços serão executados no local onde o(s) equipamento(s) estiver(em) instalado(s) exceto nos casos em que em função da natureza do defeito apresentado, haja necessidade de desloca-lo(s) até a oficina da Contratada, ou quando a natureza do serviço exigir local específico como nos casos de higienização, sendo então deslocado(s) após prévia autorização da Contratante.

5.4.2.6. Em cada processo de manutenção corretiva, a Contratada deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO do CONTRATO, a Ordem de Serviço adequadamente preenchida, especificando a causa e o tipo de problema apresentado, indicando a necessidade ou não da substituição de peças, componentes ou acessórios.

5.4.2.7. O prazo para recolocação em funcionamento dos equipamentos, no caso da manutenção corretiva, será de 48 (quarenta e oito) horas, após a aprovação da ordem de serviço pela FISCALIZAÇÃO da SUSEP, podendo ser acordado, entre as partes, prazo maior, em casos excepcionais.

5.4.3. Serviço de remanejamento de aparelhos de ar-condicionado (evaporadora e condensadora), incluindo a retirada e a reinstalação do conjunto

5.4.3.1. Os serviços de **remanejamento de aparelhos de ar-condicionado** deverão compreender todas as atividades necessárias à **retirada, transporte interno, reinstalação e comissionamento** dos equipamentos, incluindo os conjuntos de **evaporadora e condensadora**, de forma a assegurar o perfeito funcionamento dos sistemas de climatização após a sua realocação.

5.4.3.2. A Contratada deverá executar os serviços mediante **demanda da Administração**, observando rigorosamente as orientações técnicas dos fabricantes dos equipamentos, as normas técnicas vigentes, bem como as boas práticas de engenharia e manutenção de sistemas de climatização.

5.4.3.3. O remanejamento deverá abranger, quando aplicável:

- Desinstalação completa do equipamento no local de origem;
- Desconexão segura das instalações elétricas, frigorígenas e de drenagem;
- Transporte interno dos equipamentos até o novo local definido pela Administração;
- Reinstalação da evaporadora e da condensadora, incluindo fixações, suportes e nivelamento adequados;
- Interligações elétricas, tubulações de fluido refrigerante e sistema de drenagem;
- Execução de vácuo, testes de estanqueidade, carga de gás refrigerante, quando necessário;
- Testes operacionais finais, com verificação do correto funcionamento do sistema.

5.4.3.4. A Contratada deverá fornecer **toda a mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, materiais, insumos e acessórios necessários** à execução dos serviços, incluindo eventuais ajustes ou adequações de infraestrutura, tais como suportes, isolamentos térmicos, cabos, conexões e fixações, garantindo a segurança e a eficiência do sistema remanejado.

5.4.3.7. Após a conclusão do remanejamento, a Contratada deverá assegurar que os equipamentos estejam **em pleno funcionamento**, responsabilizando-se pela correção de eventuais falhas decorrentes dos serviços executados, bem como pela **garantia dos serviços prestados**, nos termos estabelecidos no Termo de Referência e no contrato.

5.4.4.2. A reinstalação deverá seguir o padrão original do fabricante, contemplando posicionamento adequado do equipamento, fixação em base ou suporte compatível, interligações frigoríferas, conexões elétricas, sistemas de drenagem, isolamento térmico e demais componentes necessários ao pleno funcionamento da unidade.

5.5.5. Os instrumentos, equipamentos e ferramentas necessários à execução do Contrato deverão ser de posse da CONTRATADA, que deverá, de imediato e às suas expensas, disponibilizar todas as ferramentas e equipamentos necessários à realização do serviço objeto deste Termo de Referência.

5.6.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva envolvem os seguintes aparelhos localizados nas **unidades da SUSEP, no Rio de Janeiro/RJ**:

Item	Fabricante-Tipo-Modelo	Capacidade (BTU)	Quantidade
1	Ar-Condicionado Splits Hi Wall novos - Arquivo Geral da SUSEP – Av. Franklin Roosevelt, 39, Centro, Rio de Janeiro	18000	7
2	Ar Condicionado Splits Hi Wall novos - Arquivo Geral da SUSEP – Av. Franklin Roosevelt, 39, Centro, Rio de Janeiro	24000	16
3	Ar-Condicionado Splits Hi Wall novos - Arquivo Geral da SUSEP – Av. Franklin Roosevelt, 39, Centro, Rio de Janeiro	32000	13
4	Ar-Condicionado Splits Hi Wall novos - Escritório Regional da SUSEP no Rio de Janeiro – Av. Presidente Vargas, 730, Centro, Rio de Janeiro	24000	2
5	Ar-Condicionado Splits Cassete seminovos - Escritório Regional da SUSEP no Rio de Janeiro – Av. Presidente Vargas, 730, Centro, Rio de Janeiro	24000	3
6	Ar-Condicionado Self Contained usadas - Escritório Regional da SUSEP no Rio de Janeiro – Av. Presidente Vargas, 730, Centro, Rio de Janeiro	7,5 TRs	2
		TOTAL	43

5;6;2; Os serviços de manutenção preventiva e corretiva envolvem os seguintes aparelhos localizados na **Sede da SUSEP, em Brasília/DF**:

Item	Fabricante-Tipo-Modelo	Capacidade (BTU)	Quantidade
1	Ar-Condicionado Fujitsu Split Hi Wall, inverter, com Unidade Condensadora, adquirido e instalado em 2014.	9000	1
2	Ar-Condicionado Fujitsu Split Hi Wall, inverter, com Unidade Condensadora, adquiridos e instalados em 2014.	18000	6
3	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST18FI-02I+LCST18FE-02I. (Novos)	18000	2
4	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST18FI-02I+LCST18FE-02I. (Novos)	18000	2
5	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST24FI-02I+LCST24FE-02I. (Novos)	24000	8
6	Ar-Condicionado Agrato, Split Hi Wall, Inverter, LIV, LCST30FI-02I+LCST30FE-02I. (Novos)	30000	6
7	Ar-Condicionado TCL Split Hi Wall, Inverter, TAC-32CSG2-INV. (Novos)	32000	7
		TOTAL	32

5.7. Especificação da garantia do serviço

5.7.1. A presente contratação está dispensada da apresentação de garantia legal, em razão do baixo custo global de contratação.

5.7.2. O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal independente da garantia de execução contratual, será de, no mínimo, 6 (seis) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o Contratado deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante

5.8. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8.1. A Contratada deverá realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

5.8.2. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

5.8.3. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

5.8.4. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

5.8.5. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

5.8.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.8.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.8.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

5.8.8.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.8.8.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos; e

5.8.8.3. Indenizações e multas.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais,

dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.18..Cabe ao gestor do contrato:

6.18.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os critérios estabelecidos no respectivo Anexo a este documento.

7.4. Recebimento

7.4.1. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

7.4.1.1. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

7.4.1.2. O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.4.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4.2.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4.2.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4.2.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.4.2.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.4.2.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no

redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.4.2.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.4.2.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.2.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.4.2.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.4.2.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.4.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.4.4.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.4.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.4.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.4.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.4.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5. Liquidação

7.5.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.5.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.5.2..Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.5.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.5.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.5.5.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.5.5.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.5.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.5.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.5.8. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.5.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.6. Prazo de pagamento

7.6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.6.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária. A data-base para o reajuste será a data do orçamento estimado constante da fase preparatória, conforme art. 25, §7º, da Lei 14.133 /2021 e diretrizes da IN SEGES/MP nº 05/2017.

7.7. Forma de pagamento

7.7.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.7.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.7.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.7.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.8. Reajuste

7.7.5. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.8. Cessão de Crédito

7.8.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020. conforme as regras desse presente tópico.

7.8.1.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.8.2. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.8.3. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.8.4. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.8.5. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1% (um por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **25% (vinte e cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **5% (cinco por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% (dois por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.]

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO** sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM** para contratação dos serviços mediante utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global para as manutenções preventivas mensais; e PREÇO UNITÁRIO para a execução das manutenções corretivas e para o fornecimento e instalação de peças, por demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço. A adoção do regime combinado justifica-se pela variabilidade inerente às demandas corretivas, impossíveis de quantificação precisa na fase preparatória, nos termos dos arts. 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. *Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.*

9.3.1. O interessado que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade;

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;^[A12]

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.30. A licitante deverá apresentar atestados que comprovem a execução de serviços similares, com grau de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação. Os atestados devem ser emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.31. O Contratado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Contratante, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da empresa que a contratou e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.32. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional competente.

9.33. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do Contratado.

9.34. Parcelas de maior relevância : para fins de comprovação de qualificação técnica, consideram-se parcelas de maior relevância as atividades abaixo, cada qual representando parcela cujo valor individual é igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação, conforme art. 67, §§1º a 5º da Lei 14.133/2021:

- a) Execução de manutenção preventiva mensal em sistemas de climatização Split, Cassete e Self-Contained;
- b) Execução de manutenção corretiva envolvendo diagnóstico, substituição de componentes e recomposição dos sistemas;
- c) Fornecimento e instalação de peças críticas, tais como: compressores, placas eletrônicas, motores, sensores e componentes da linha frigorígena.

9.35. Serão aceitos atestados que comprovem execução de quantidades mínimas de até 50% dessas parcelas, vedadas restrições de tempo e local. Para serviços continuados, a experiência máxima exigível será de 3 anos, conforme §5º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 .O custo estimado total da contratação é de **R\$ 392.367,74 (Trezentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos)**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

Justificativa para formalização mediante contrato administrativo

13.1. Considerando que a presente contratação tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva** dos equipamentos de ar condicionado instalados nas dependências da SUSEP, no Rio de Janeiro e em Brasília, abrangendo o fornecimento de mão de obra, peças, componentes e acessórios, originais ou recomendados pelo fabricante, além da garantia dos serviços e dos materiais empregados, bem como contempla a execução de serviços de remanejamento de aparelhos de ar condicionado (evaporadora e condensadora), e a reinstalação de condensadora de sistema de ar condicionado, cujo **valor estimado total é de R\$ 392.367,74 (Trezentos e noventa e dois mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e quatro centavos)**, **não se aplica a hipótese de substituição do contrato por instrumento simplificado**, prevista no art. 95 da Lei nº 14.133/2021, pois não se trata de dispensa por valor nem de compra com entrega imediata e integral, sem obrigações futuras.

13.2. O **inciso I do art. 95** restringe-se a contratações por dispensa de licitação em razão de valor previstas nos incisos I e II do art. 75, o que **não abrange** esta contratação, cujo valor supera os limites para dispensa.

13.3. Já o **inciso II** só autoriza a substituição de contrato por instrumento simplificado em compras com entrega **imediate e integral**, sem obrigações futuras — o que **não se aplica**, já que:

- tratase de **serviços** com fornecimento de peças e garantia;
- a execução será realizada conforme o sistema de registro de preços, de acordo com a demanda da Administração;

13.4. Portanto, conforme o **art. 90, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, em razão da **complexidade**, do valor estimado relevante e da existência de **obrigações futuras**, a contratação deve ser formalizada por meio de **contrato administrativo**, e **não** por instrumento substitutivo.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão XXXX/2026*, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Rio de Janeiro de de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MICHEL DEMITROV

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 10:09:44.

JOAO LUIS NASCIMENTO VIEIRA

Integrante Administrativo Substituto



Assinou eletronicamente em 09/04/2026 às 09:31:23.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXOS_TR 3.2026.zip (520.73 KB)